CAMARGO CORRÊA
INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA S.A.

CAMARGO CORRÊA INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA S.A.

CNPJ nº 02.372.232/0001-04

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos.

São Paulo, 24 de abril de 2015

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL Levantado em 31 de Dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R$)

Ativo	Nota Explicativa	2014	2013
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	149.746	15.269
Títulos e valores mobiliários	5	58.302	2.665
Contas a receber	6	15.717	11.330
Dividendos a receber	9	18.642	1.919
Impostos a recuperar		5.040	3.296
Outros créditos		33	28
Total do ativo circulante		247.480	34.507
Não Circulante			
Partes relacionadas	9	13.215	13.215
Outros créditos		1.837	857
Investimentos	7.1	1.411.652	1.400.602
Imobilizado		25.321	17.443
Intangível		6.340	7.368
Total do ativo não circulante		1.458.365	1.439.485
Total do Ativo		**1.705.845**	**1.473.992**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota Explicativa	2014	2013
Circulante			
Fornecedores e contas a pagar		28.749	24.837
Debêntures	8	111.491	54.047
Partes relacionadas	9	15.019	21.660
Impostos e obrigações a recolher		789	1.236
Dividendos a pagar		54.981	–
Outras contas a pagar		9	8
Total do passivo circulante		211.038	101.788
Não Circulante			
Debêntures	8	430.721	516.824
Impostos e obrigações a recolher		4.414	–
Outras obrigações		24	47
Total do passivo não circulante		435.159	516.871
Patrimônio Líquido			
Capital social	11	1.194.614	1.194.614
Reserva de capital		12.631	6.414
Reservas de lucros		216.926	93.326
Adiantamento aos acionistas para reestruturação societária		(152.855)	(228.855)
Ajustes de avaliação patrimonial		(211.668)	(210.166)
Total do patrimônio líquido		1.059.648	855.333
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		**1.705.845**	**1.473.992**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R$, exeto o lucro líquido por ação)

	Nota Explicativa	2014	2013
Receita Líquida	12	**82.193**	**80.558**
Custo dos Serviços Prestados	13	**(47.619)**	**(45.770)**
Lucro Bruto		**34.574**	**34.788**
Receitas (Despesas) Operacionais			
Despesas gerais e administrativas	13	(1.926)	(16.715)
Resultado de equivalência patrimonial	7.1	281.892	284.771
Outras receitas (despesas) operacionais	14	(3.820)	8
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		**310.720**	**302.852**
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	15	6.014	1.919
Despesas financeiras	15	(85.630)	(69.492)
		(79.616)	(67.573)
Lucro Líquido do Exercício		**231.104**	**235.279**
Lucro Líquido Básico e Diluído por Ação - R$		**0,22**	**0,22**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R$)

	Nota Explicativa	2014	2013
Lucro Líquido do Exercício		**231.104**	**235.279**
Outros resultados abrangentes:			
Item que não será reclassificado subsequentemente para a demonstração do resultado:			
Ajuste patrimonial - plano de pensão de investidas		(16.378)	(1.832)
Itens que serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado:			
Diferenças cambiais na conversão de operações no exterior		12.724	56.036
Ganho em instrumentos financeiros		2.152	6
Total dos efeitos de investidas	7.1	(1.502)	54.210
Resultado Abrangente Total do Exercício		**229.602**	**289.489**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R$)

	Nota Explicativa	Capital Social	Reserva de Capital	Reservas de Lucros: Reserva Legal	Reservas de Lucros: Reserva Retenção Lucros	Adiantamento aos Acionistas para Reestruturação Societária	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2012		**1.114.614**	**–**	**103.963**	**–**	**(228.855)**	**(264.376)**	**–**	**725.346**
Aumento de capital	11	80.000	–	(80.000)	–	–	–	–	–
Prescrição de dividendos em controladas		–	–	–	–	–	–	379	379
Transação de capital com os acionistas		–	6.414	–	–	–	–	–	6.414
Resultado abrangente total do exercício		–	–	–	–	–	54.210	235.279	289.489
Destinações:									
Reserva legal		–	–	11.783	–	–	–	(11.783)	–
Reserva de lucros		–	–	–	57.580	–	–	(57.580)	–
Antecipação de dividendos		–	–	–	–	–	–	(166.295)	(166.295)
Saldos em 31 de Dezembro de 2013		**1.194.614**	**6.414**	**35.746**	**57.580**	**(228.855)**	**(210.166)**	**–**	**855.333**
Redução patrimonial do acionista controlador		–	(5.920)	–	–	–	–	–	(5.920)
Transações de capital com os acionistas		–	12.137	–	–	–	–	–	12.137
Reestruturação societária	11	–	–	–	–	76.000	–	–	76.000
Resultado abrangente total do exercício		–	–	–	–	–	(1.502)	231.104	229.602
Prescrição de dividendos em controladas		–	–	–	–	–	–	393	393
Dividendos distribuídos		–	–	–	(52.916)	–	–	–	(52.916)
Destinações:									
Reserva legal		–	–	11.575	–	–	–	(11.575)	–
Dividendos propostos		–	–	–	–	–	–	(54.981)	(54.981)
Reserva de lucros		–	–	–	164.941	–	–	(164.941)	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2014		**1.194.614**	**12.631**	**47.321**	**169.605**	**(152.855)**	**(211.668)**	**–**	**1.059.648**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R$)

	2014	2013
Receitas		
Serviços prestados	88.183	86.686
Insumos Adquiridos de Terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(27.646)	(40.373)
Depreciação e Amortização	(1.186)	(1.192)
Valor Líquido Consumido pela Companhia	**59.351**	**45.121**
Valor Adicionado Recebido em Transferência		
Resultado de equivalência patrimonial	281.892	284.771
Receitas financeiras	6.014	1.919
Outras receitas (despesas) operacionais	(3.820)	8
Valor Adicionado Total a Distribuir	**343.437**	**331.819**
Distribuição do Valor Adicionado	**343.437**	**331.819**
Pessoal:		
Remuneração direta	11.894	12.636
Benefícios	8.027	7.496
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	685	672
Impostos, taxas e contribuições:		
Federais	5.991	6.100
Estaduais	–	2
Municipais	2	29
Remuneração de capitais de terceiros:		
Juros de empréstimos e debêntures	85.630	69.492
Aluguéis	104	113
Remuneração de capitais próprios:		
Dividendos e juros sobre o capital próprio	54.981	166.295
Lucros retidos do exercício	176.123	68.984

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R$)

	2014	2013
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro líquido do exercício	231.104	235.279
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	1.186	1.192
Resultado de equivalência patrimonial	(281.892)	(284.771)
Juros e encargos provisionados	66.744	53.348
Partes relacionadas	–	15.048
Redução (aumento) dos ativos operacionais:		
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebido	272.726	238.075
Contas a receber	(5.280)	4.513
Impostos a recuperar	(447)	(1.185)
Outros créditos	(985)	(608)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:		
Fornecedores e contas a pagar	3.987	(2.337)
Impostos e contribuições a recolher	3.007	–
Outras obrigações	(22)	141
Juros pagos sobre empréstimos e debêntures	(63.862)	(48.615)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	226.266	210.080
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Títulos e valores mobiliários	(54.195)	2.080
Aquisições de investimentos	(13.500)	–
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(8.036)	(9.591)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(75.731)	(7.511)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Reestruturação societária	76.000	–
Pagamento de debêntures	(32.500)	(32.500)
Pagamento de empréstimos com partes relacionadas	(6.642)	–
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	(52.916)	(166.295)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(16.058)	(198.795)
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	**134.477**	**3.774**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	**15.269**	**11.495**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Exercício	**149.746**	**15.269**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2014 (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A. ("Companhia") tem por objetivo a participação no capital de companhias cuja finalidade seja a implantação e operação de sistemas de infraestrutura de transportes e energia, a prestação de serviços de assessoria, planejamento e consultoria nas companhias nas quais participa e a execução de construção e obras de engenharia por meio de consórcios. Atualmente, as principais atividades da Companhia contemplam sua participação direta na controlada Concessionária do Estacionamento de Congonhas S.A. e na controlada em conjunto CCR S.A. e sua participação direta e indireta, por meio de sua controlada Camargo Corrêa Energia S.A., na VBC Energia S.A. e na ESC Energia S.A., "holdings" que participam indiretamente do controle da CPFL Energia S.A. Adicionalmente, a Companhia detém 32,667% do COPER - Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra, cujo objetivo é a operação da Rodovia Presidente Dutra - BR-116/RJ/SP, mediante contrato com a Concessionária Rodovia Presidente Dutra S.A.

100% da receita líquida da Companhia é decorrente de transações com partes relacionadas, conforme divulgado nas notas explicativas 9 e 11.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de maio de 2013, os acionistas da New A-Port Congonhas S.A. aprovaram a incorporação total do acervo líquido da sociedade no valor de R$29.790 pela Companhia, com base no balanço em 28 de maio de 2013, conforme a seguir:

	28/05/2013
Ativo Não Circulante	
Investimentos	29.798
Passivo Circulante	8
Fornecedores	4
Provisões	4
Acervo Líquido Incorporado	29.790

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as alterações promovidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, abrangendo os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Companhia elaborou demonstrações financeiras individuais, conforme permitido pelo CPC 35 (R2) - Demonstrações Separadas, pois: (a) a Companhia é uma controlada integral, e o controlador não tem objeção; (b) não existem instrumentos de patrimônio ou de dívida negociados em mercado aberto, nem está em processo de abertura de capital; e (c) a controladora final irá publicar as demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os pronunciamentos técnicos do CPC.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros, mensurados pelo seu valor justo, conforme descrito nas práticas a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

3. SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas foram as seguintes:

3.1. Consórcios

De acordo com o CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto as participações em consórcios são classificadas como operação em conjunto e, consequentemente, têm seus ativos, passivos, receitas e despesas reconhecidas linha a linha nas contas do balanço patrimonial e da demonstração do resultado, na proporção do percentual de participação no consórcio.

3.2. Mudanças nas participações da Companhia em controladas existentes

Os efeitos das mudanças nas participações da Companhia em controladas, que não resultem em perda do controle, são registrados como transações de capital no patrimônio.

Quando a Companhia perde o controle de uma investida, o ganho ou a perda na alienação, registrado no resultado, é apurado pela diferença entre: (a) a soma do valor justo das considerações recebidas e do valor justo da participação residual; e (b) o saldo anterior dos ativos (incluindo ágio) e passivos da controlada e participações não controladoras.

3.3. Investimentos em controladas

Os investimentos em controladas são registrados com base no método de equivalência patrimonial. Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos em controladas são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes das controladas. A Companhia reconhece integralmente os prejuízos de uma controlada.

3.4. Participações em empreendimentos em conjunto ("joint ventures")

Uma "joint venture" é um acordo contratual através do qual a Companhia e outras partes exercem uma atividade econômica sujeita a controle conjunto, situação em que as decisões sobre políticas financeiras e operacionais, relacionadas às atividades da "joint venture", requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle.

Os resultados, ativos e passivos das investidas são incorporados às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial. Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes das investidas. Quando a parcela da Companhia em prejuízo de uma investida excede a participação da Companhia naquela investida, a Companhia deixa de reconhecer sua participação em prejuízos adicionais. Os prejuízos adicionais são reconhecidos somente se a Companhia tiver responsabilidade legal sobre as obrigações da controlada.

Qualquer montante que exceda o custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes da controlada na data de aquisição é reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes que exceda o custo de aquisição, após a avaliação, é imediatamente reconhecido no resultado.

Se necessário, o valor contábil do investimento (inclusive ágio) é testado para determinação da redução ao valor recuperável de acordo com o pronunciamento técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (equivalente à norma IAS 36), através da comparação de seu valor recuperável (maior valor entre o valor em uso e o valor justo menos os custos para vender) em relação ao seu valor contábil. Qualquer perda por redução ao valor recuperável reconhecida é diminuída do valor contábil do investimento. Qualquer reversão dessa perda por redução ao valor recuperável é reconhecida de acordo com a norma IAS 36 e o pronunciamento técnico CPC 01 (R1) à medida que o valor recuperável do investimento é subsequentemente aumentado.

Quando uma empresa da Companhia realiza uma transação com uma investida, os lucros e prejuízos resultantes são reconhecidos apenas com relação às participações na controlada não relacionada à Companhia.

3.5. Reconhecimento de receita

A receita da Companhia é reconhecida quando da prestação de serviços e mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador.

3.6. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

3.7. Lucro líquido por ação

Calculado através da divisão do lucro líquido do exercício pela quantidade média de ações em circulação durante cada exercício social das demonstrações financeiras.

3.8. Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável, se aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. As depreciações são reconhecidas com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear ou outra base sistemática representativa do momento em que os benefícios econômicos são usufruídos. A vida útil dos ativos imobilizados é avaliada anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo.

3.9. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil definida são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos ou outra base sistemática representativa do momento em que os benefícios econômicos são usufruídos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável, se aplicável.

3.10. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis e ágio

No fim de cada exercício, a Companhia revisa seus ativos tangíveis e intangíveis e com vida útil definida, para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante da perda, se houver.

Ativos intangíveis e ágio com vida útil indefinida e/ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável determinado pelo maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo.

3.11. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, para as quais seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma obrigação sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3.12. Uso de julgamento e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os CPCs exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: vida útil do ativo imobilizado, provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e perdas relacionadas a contas a receber.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. O impacto de tais revisões é reconhecido no exercício em que são efetuadas.

3.13. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia se torna parte de uma relação contratual.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e demais investimentos, vencíveis a curto prazo (três meses ou menos), altamente líquidos, que sejam prontamente conversíveis em caixa e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumam.

c) Contas a pagar

As contas a pagar são registradas inicialmente pelo respectivo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juros efetivo.

3.14. IFRSs novas e revisadas sem efeitos relevantes nas demonstrações financeiras

As "International Financial Reporting Standards - IFRSs" novas a seguir, em vigor para períodos anuais iniciadas em ou após 1º de janeiro de 2014, foram adotadas nas demonstrações financeiras da Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A. A adoção dessas IFRSs novas e revisadas não teve nenhum efeito relevante sobre os valores reportados e/ou divulgados para os exercícios/períodos corrente e anterior:

- IFRIC 21 Taxações/Imposições
- CPC 39/IAS 32 - Compensação de Ativos Passivos Financeiros
- Modificações às IFRSs - Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2010-2012
- Modificações às IFRSs - Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2011-2013
- Modificações à IAS 19/CPC 33 (R1) - Plano de Benefício Definido: Contribuição do Empregado

A Administração da Companhia avaliou se certos ativos financeiros e passivos financeiros se qualificam para a compensação baseando-se pelos critérios das alterações da norma e concluiu não existirem impactos nas demonstrações financeiras.

Normas e interpretações novas, já emitidas e ainda não adotadas, pois a adoção obrigatória é a partir de 1º de janeiro de 2015 ou posterior:

IFRS 9	Instrumentos Financeiros (3)
IFRS 15	Receitas de Contratos com clientes (2)
Modificações à IFRS 11/CPC 19 (R2)	Acordo contratual conjunto (1)
Modificações às IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1)	Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis (1)

(1) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016
(2) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017
(3) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018

A Administração da Companhia ainda não iniciou as análises sobre os potenciais impactos decorrentes da aplicação dessas novas normas e interpretações, exceto pela IFRS 15, para a qual a Companhia não espera impactos significativos.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2014	2013
Caixa e bancos	37	67
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	2.790	13
Fundos exclusivos (*):		
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	203	375
Fundos de renda fixa	90.817	5.669
Operações compromissadas:		
Letras do Tesouro Nacional - LTNs	38.869	683
Notas do Tesouro Nacional - NTNs	–	5.394
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	17.030	2.930
Letras financeiras	–	138
Total	149.746	15.269

(*) Em 31 de dezembro de 2014, as aplicações em fundos exclusivos renderam entre 100% a 112,7% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (100% a 108,5% do CDI em 31 de dezembro de 2013).

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2014	2013
Debêntures	416	203
Letras Financeiras	57.240	2.453
Depósito Prazo Garantia Especial - DPGE	646	9
Total	58.302	2.665

6. CONTAS A RECEBER

	2014	2013
Contas a Receber Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (*)	7.266	6.821
Outras	8.451	4.509
Total	15.717	11.330

(*) Referem-se à operação com parte relacionada.

7. INVESTIMENTOS

7.1. Participações em investidas

	Participação direta - % 2014	2013	Patrimônio líquido da investida 2014	2013	Lucro líquido do exercício da investida 2014	2013	Resultado de equivalência patrimonial 2014	2013	Ajuste de avaliação patrimonial 2014	2013	Saldo do investimento 2014	2013
Controladas:												
Camargo Corrêa Energia S.A. (a)	100,00	99,99	678.203	683.213	51.136	55.407	51.137	55.403	(11.700)	33.473	678.203	683.145
Concessionária do Estacionamento de Congonhas S.A. (b)	100,00	80,00	34.975	32.220	12.978	7.066	11.313	5.897	–	–	34.975	25.776
Controladas em conjunto:												
CCR S.A.	15,24	15,24	3.469.003	3.436.018	1.348.841	1.350.991	205.569	205.896	13.127	11.815	528.689	523.662
VBC Energia S.A.	11,28	11,28	1.243.894	1.227.262	123.922	195.465	13.986	15.159	(2.929)	8.922	140.350	138.473
New A-Port Congonhas S.A. (c)	–	–	–	–	–	2.373	–	2.373	–	–	–	–
Outros							(112)	43	–	–	2.702	2.813
Ágio - CCR S.A.							–	–	–	–	26.733	26.733
Total							281.892	284.771	(1.502)	54.210	1.411.652	1.400.602

(a) A Camargo Corrêa Energia S.A. possui processo tributário referente à compensação de prejuízos fiscais e base negativa. Atualmente, o processo encontra-se em 2ª instância e o valor em 31 de dezembro de 2014 é estimado em R$247.095 (R$222.789 em 31 de dezembro de 2013), para os quais os assessores jurídicos da Companhia classificam como possível perda. Em 25 de novembro de 2014, a Companhia adquiriu as ações detidas pelos minoritários da Camargo Corrêa Energia S.A., no valor de R$230,42 (reais) cada.

(b) Em 2 de julho de 2014, a Companhia assinou contrato de compra das ações dos minoritários e passou a deter 100% do capital da Concessionária do Estacionamento de Congonhas S.A. O valor de compra das ações foi de R$13.500 e gerou uma redução patrimonial do acionista controlador de R$5.920, que foi reconhecido no patrimônio líquido.

(c) Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 29 de maio de 2013, foi aprovada a incorporação do acervo líquido da New A-Port Congonhas S.A., no valor de R$29.790, sem emissão de novas ações, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.

7.2. Movimentação dos investimentos:

Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.294.495
Adições (a)	29.798
Baixas por incorporação (a)	(29.790)
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	(239.675)
Equivalência patrimonial	284.771
Ajustes de avaliação patrimonial	54.210
Prescrição de dividendos em controladas	379
Reserva de Capital	6.414
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.400.602
Adições (b)	13.500
Baixas	(1)
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(270.852)
Dividendos a receber	(18.597)
Equivalência patrimonial	281.892
Ajustes de avaliação patrimonial	(1.502)
Prescrição de dividendos em controladas	393
Reserva de capital	6.217
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.411.652

(a) Referem-se substancialmente à baixa do investimento na controlada New A-Port Congonhas S.A. e à adição do acervo líquido incorporado da New A-Port Congonhas S.A.

(b) Em 2 de julho de 2014, a Companhia assinou contrato de compra das ações dos minoritários e passou a deter 100% do capital da Concessionária do Estacionamento de Congonhas S.A. O valor de compra das ações foi de R$13.500 e gerou um ágio de R$5.920, que foi reconhecido no patrimônio líquido. A transferência da titularidade das ações ocorreu em outubro de 2014, quando todas as condições contratuais foram atendidas.

7.3. Informações resumidas dos investimentos

	2014 CCR S.A.	Camargo Corrêa Energia S.A.	VBC Energia S.A.	Concessionária Estacionamento de Congonhas S.A.	2013 CCR S.A.	Camargo Corrêa Energia S.A.	VBC Energia S.A.	Concessionária Estacionamento de Congonhas S.A.
Caixa e equivalentes de caixa	1.588.647	439	979	11.936	1.265.675	50	50	3.982
Outros ativos	942.399	33.892	30.591	1.467	559.240	22.738	22.893	1.404
Ativo circulante	2.531.046	34.331	31.570	13.403	1.824.915	22.788	22.943	5.386
Ativo não circulante	14.692.130	656.096	924.122	28.579	12.208.095	660.442	729.348	36.147
Ativo	17.223.176	690.427	955.692	41.982	14.033.010	683.230	752.291	41.533
Passivos financeiros circulantes (*)	3.543.454	12.224	29.609	3.245	2.337.609	8	16	5.120
Outros passivos	970.577	–	969	2.716	1.008.690	9	801	2.148
Passivo circulante	4.514.031	12.224	30.578	5.961	3.346.299	17	817	7.268
Passivos financeiros não circulantes (*)	7.113.082	–	–	156	6.011.787	–	–	458
Outros passivos	1.925.850	–	17.039	890	1.189.383	–	3.632	1.587
Passivo não circulante	9.038.932	–	17.039	1.046	7.201.170	–	3.632	2.045
Patrimônio líquido dos acionistas da controladora	3.469.003	678.203	1.243.894	34.975	3.436.018	683.213	1.227.262	32.220
Patrimônio líquido dos acionistas não controladores	201.210	–	–	–	49.523	–	–	–
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	(335.819)	–	–	–	(479.420)	–
Patrimônio líquido	3.670.213	678.203	908.075	34.975	3.485.541	683.213	747.842	32.220
Passivo e Patrimônio líquido	17.223.176	690.427	955.692	41.982	14.033.010	683.230	752.291	41.533
Receita líquida	7.397.194	–	–	39.165	6.016.558	–	–	36.997
Depreciação e amortização	(694.494)	–	–	(7.072)	(565.113)	–	–	(7.026)
Receitas financeiras	430.466	637	5.260	881	245.593	121	4.069	555
Despesas financeiras	(1.325.940)	–	(3.617)	(263)	(878.557)	(99)	(37)	(603)
Outros	(3.839.550)	50.585	122.279	(14.944)	(2.726.427)	55.385	192.233	(14.802)
Resultado das operações continuadas antes dos impostos	1.967.676	51.222	123.922	17.767	2.092.054	55.407	196.265	15.121
Imposto de renda e contribuição social	(617.983)	(85)	–	(4.789)	(724.170)	–	(800)	(5.023)
Lucro líquido das operações continuadas	1.349.693	51.137	123.922	12.978	1.367.884	55.407	195.465	10.098
Outros resultados abrangentes	88.471	(1.800)	(3.990)	–	73.420	854	7.530	–
Resultado abrangente total	1.438.164	49.337	119.932	12.978	1.441.304	56.261	202.995	10.098
Dividendos ou distribuição de lucros recebidos	1.399.979	33.546	84.719	–	109.016	25.119	78.051	–
Compromissos:								
Compromissos com o poder concedente	1.168.154	–	–	–	1.420.766	–	–	–
Compromissos relativos às concessões	12.446.602	–	–	–	4.744.098	–	–	–
Outorga variável e obras a executar	10.935	–	–	–	10.343	–	–	–

CAMARGO CORRÊA INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA S.A.

continua →

CAMARGO CORRÊA INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA S.A.

CNPJ nº 02.372.232/0001-04

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2014 (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando mencionado de outra forma)

Ajustes para conciliar o lucro líquido - CCR S.A.

	2014	2013
Lucro líquido das operações continuadas	1.349.693	1.367.884
Lucro líquido atribuível a acionistas não controladores	(852)	(16.893)
Lucro líquido das operações continuadas	1.348.841	1.350.991

8. DEBÊNTURES

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, os saldos decorrentes de colocação de debêntures obtidos pela Companhia são como segue:

	Encargos	Vencimento	2014	2013
1ª série (*)	113% do CDI	12 de agosto de 2020	341.028	338.147
2ª série (*)	116% do CDI	12 de agosto de 2020	204.361	236.463
Custos de transação a amortizar			(3.177)	(3.739)
Total			542.212	570.871
Classificado no circulante			111.491	54.047
Classificado no não circulante			430.721	516.824

(*) Refere-se à emissão, em 12 de agosto de 2010, de 650 debêntures simples, nominativas e escriturais, não conversíveis em ações, com valor unitário de R$1.000.

A Companhia não possui contratos de debêntures com cláusulas restritivas operacionais e financeiras durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

Os juros são pagos anualmente, a partir da data de emissão até o vencimento final. O principal da primeira série será liquidado em seis parcelas anuais, iguais e sucessivas a partir de agosto de 2015, e o da segunda série em dez parcelas anuais, iguais e sucessivas, a partir de agosto de 2011.

As debêntures estão garantidas por avais da controladora Camargo Corrêa S.A. e as condições e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

O vencimento dos valores não correntes em 31 de dezembro de 2014 é como segue:

2016	86.101
2017	86.101
2018	86.101
2019	86.101
2020	86.317
Total	430.721

9. PARTES RELACIONADAS

	2014	2013
Ativo circulante:		
Dividendos a receber de investidas	18.642	1.919
Contas a receber Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.	7.266	6.821
Total do ativo circulante	25.908	8.470
Ativo não circulante:		
Camargo Corrêa Construções e Participações S.A. (a)	12.495	12.495
CCR S.A. (e)	720	720
Total do ativo não circulante	13.215	13.215
Passivo circulante:		
Camargo Corrêa Energia S.A.	–	6.607
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (d)	15.019	15.053
Total do passivo circulante	15.019	21.660
Demonstração de resultado:		
Receita:		
Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (b)	88.183	86.121
Concessionária do Estacionamento de Congonhas S.A. (c)	–	565
	88.183	86.686
Despesa:		
Camargo Corrêa S.A.	25	–
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.	24	–
	49	–

(a) Refere-se ao saldo a receber pela venda da totalidade da participação detida na então controlada em conjunto Logum Logística S.A. sem incidência de juros.

(b) Refere-se à receita de prestação de serviços de operação, manutenção e conservação do consórcio na Rodovia Presidente Dutra sem incidência de juros.

(c) Refere-se à receita de prestação de serviços de consultoria e apoio técnico.

(d) Refere-se substancialmente a estudo e elaboração de proposta para a obras civis de UHE Jirau.

(e) Refere-se a adiantamentos para futuro aumento de capital.

As transações foram realizadas com base em condições negociadas entre as partes, as quais poderiam ser diferentes caso tivessem sido realizadas com partes não relacionadas.

Adicionalmente, foram concedidos adiantamentos aos acionistas da Companhia, conforme divulgado na nota explicativa nº 11.

10. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia está sujeita a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, entre outros. Em bases periódicas, a Administração revisa o quadro de riscos conhecidos, avalia as chances de perdas prováveis e ajusta as provisões, considerando a opinião de seus assessores jurídicos e os demais dados disponíveis no fim de cada exercício.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possui exposição de R$ 3.179 (R$ 2.246 em 2013) referente a processos tributários. Como a chance de perda foi considerada possível, conforme opinião dos assessores jurídicos, não foi contabilizada provisão para riscos.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, o capital social subscrito e integralizado é representado por 1.058.326.178 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Em 29 de maio de 2013, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, foi aprovado o aumento de capital da Companhia no montante de R$80.000, sem emissão de novas ações, mediante a capitalização de reserva legal.

Reserva legal

Representa 5% do lucro líquido do exercício, observado o limite estabelecido em lei.

Juros sobre o capital próprio e dividendos

O Estatuto prevê a distribuição de dividendo mínimo anual obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária.

Lucro do exercício	231.104
Dividendos prescritos	393
Constituição de reserva legal - 5%	(11.575)
	219.922
Dividendos mínimos obrigatórios -	
Dividendos propostos às ações ordinárias	54.891

Adiantamento aos acionistas para reestruturação societária

Em 28 de novembro de 2014, a Companhia decidiu pela não efetivação da redução de seu capital, e, por essa razão, entendeu ser devido o recolhimento do IOF que incidiria se a operação fosse tratada como mútuo. A quitação do referido adiantamento será realizada através da distribuição de dividendos por conta de Reservas de Lucros, a ser efetivada na AGEO/AGE de 2015. Não há incidência de juros sobre os adiantamentos.

12. RECEITA

	2014	2013
Receita dos serviços prestados à partes relacionadas (nota 9)	88.183	86.686
Impostos incidentes sobre vendas:		
PIS	(1.068)	(1.088)
COFINS	(4.922)	(5.011)
Outros	–	(29)
Receita líquida de vendas	82.193	80.558

13. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	2014	2013
Despesas com salários e encargos	(20.607)	(20.804)
Serviços de terceiros	(21.456)	(34.066)
Materiais	(6.157)	(6.375)
Depreciação e amortização	(1.186)	(1.192)
Outros	(139)	(48)
Total	(49.545)	(62.485)
Custo dos serviços prestados	(47.619)	(45.770)
Despesas gerais e administrativas	(1.926)	(16.715)
Total	(49.545)	(62.485)

14. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	2014	2013
Despesa de provisão REFIS (*)	(4.302)	–
Outras receitas	482	8
Total	(3.820)	8

(*) O saldo refere-se à adesão ao programa brasileiro de parcelamento ("REFIS") aderido em 2014 para inclusão de processo relativo ao não recolhimento de Imposto sobre Operações Financeiras - IOF sobre mútuo.

15. RESULTADO FINANCEIRO

	2014	2013
Despesas financeiras:		
Juros sobre debêntures	(67.704)	(53.348)
Despesas financeiras	(16.738)	(15.970)
Variações monetárias	(158)	(29)
Outras	(1.030)	(145)
Total	(85.630)	(69.492)
Receitas financeiras:		
Juros sobre títulos e valores mobiliários	5.697	1.778
Outras	317	141
Total	6.014	1.919
Resultado financeiro	(79.616)	(67.573)

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são compostos como segue:

a) Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício

	2014	2013
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	231.104	235.279
Alíquota (25% para imposto de renda e 9% para contribuição social)	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados às alíquotas nominais	(78.575)	(79.995)
Ajustes para apuração do imposto de renda e da contribuição social efetivos:		
Equivalência patrimonial	95.843	96.822
Adições permanentes, líquidas	607	457
Créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos	17.875	17.284

b) Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possui saldos de prejuízos fiscais de R$194.374 (R$149.127 em 31 de dezembro de 2013) e base negativa de contribuição social de R$194.340 (R$149.562 em 31 de dezembro de 2013), que poderão ser compensados nos próximos exercícios, limitados a 30% do lucro tributável anual, sem prazo de prescrição. Não foram constituídos créditos fiscais diferidos pela incerteza de geração de lucros tributários futuros, uma vez que a Companhia é uma "holding".

Em 13 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973/14, que revoga o Regime Tributário de Transição - RTT e dispõe sobre a tributação das pessoas residentes no Brasil quanto aos lucros auferidos no exterior, além de outras alterações na legislação tributária. Os dispositivos dessa Lei entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano-calendário 2014. A Companhia não optou pela antecipação dos efeitos da Lei nº 12.973/14 para o ano-calendário 2014 em virtude da necessidade de adequação de lançamentos aos novos critérios estabelecidos pela referida Lei, os quais dependiam de publicação pela Receita Federal do Brasil - RFB de atos normativos e regulatórios sobre a matéria. No melhor entendimento da Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, não são esperados impactos materiais quando da aplicação da referida Lei.

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras.

A Administração dos instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não possui operações de derivativos.

Exposição a risco de taxa de juros

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do CDI.

	2014	2013
Ativo:		
SELIC	17.029	2.930
CDI	152.113	14.925
Passivo:		
CDI	542.213	570.870

17.1. Categorias de instrumentos financeiros

	2014	2013
Ativos financeiros:		
Mensurados ao custo amortizado-		
Equivalentes de caixa	37	67
Títulos e valores mobiliários	30	–
Contas a receber	15.717	11.330
Partes relacionadas	20.481	20.036
Outras contas a receber	33	28
Mensurados ao valor justo:		
Equivalentes de caixa	149.709	15.203
Títulos e valores mobiliários	58.272	2.665
Passivos financeiros-		
Mensurados ao custo amortizado:		
Fornecedores	28.749	24.837
Debêntures	542.212	570.871
Partes relacionadas	15.019	21.660
Outras obrigações	24	47

Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2014, a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, para receitas e despesas anuais expostas a variações do CDI, é conforme segue:

Operação	Risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Exposição a índices variáveis:				
Receitas financeiras:				
CDI	Decréscimo do índice	19.212	14.409	9.606
SELIC	Decréscimo do índice	2.221	1.665	1.110
Despesas financeiras:				
CDI	Acréscimo do índice	68.481	85.602	102.722

O cenário 1 é considerado pela Administração como o que melhor reflete suas expectativas, sendo determinado com base em projeções disponibilizadas no mercado financeiro para cálculo dos valores futuros das operações mencionadas, tendo em conta até 12 meses de vencimento. O cenário 2 considera uma valorização ou desvalorização dos índices, em relação ao cenário 1, de 25% e o cenário 3 de 50%, em relação ao
cenário 1.

18. COMPROMISSOS, ÔNUS E RESPONSABILIDADES EVENTUAIS

A Companhia não possui garantias financeiras ou operacionais com partes relacionadas ou com terceiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

19. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

São concedidos benefícios aos empregados, tais como auxílio-médico, auxílio-alimentação, seguro de vida em grupo, auxílio-acidente de trabalho, auxílio-transporte e treinamentos, entre outros.

20. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AO FLUXO DE CAIXA

	2014	2013
Transações que não envolveram caixa:		
Aumento de capital mediante capitalização de reserva de lucros	–	80.000
Acervo líquido incorporado da New A-Port Congonhas S.A.	–	29.790

21. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Na reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de abril de 2015, foi autorizada a conclusão das presentes demonstrações financeiras, estando aprovadas para divulgação.

A DIRETORIA

NELSON NÓBREGA DA COSTA - Contador CRC 1SP 202165/O-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, como aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, assim como pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 24 de abril de 2015

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
João Rafael Belo de Araújo Filho
Contador
CRC nº 2 SP 011609/O-8 CRC nº 1 SP 246752/O-6

Deloitte.

CAMARGO CORRÊA INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA S.A.